

**Terceiro Encontro
da Sociedade civil organizada América Latina e Caraíbas – União Europeia**

**Discurso
de
Roger BRIESCH,
Presidente do Comité Económico e Social Europeu**

México , 14 de Abril de 2004

Seul le texte prononcé fait foi
Check Against Delivery

Senhores Ministros,
Senhores Embaixadores,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Caros amigos,

Permitam-me, em primeiro lugar, que expresse o júbilo que sinto por estar entre vós, no México. Vejo aqui, hoje, numerosos amigos com os quais, de há vários anos, trabalhamos para o desenvolvimento de uma parceria entre a União Europeia, a América Latina e as Caraíbas e em favor de uma concepção humana do desenvolvimento.

A iniciativa de nos reunirmos no México para um encontro da sociedade civil organizada América Latina e Caraíbas – União Europeia mostra, uma vez mais, Senhor Ministro, o empenho do seu país no desenvolvimento.

Com efeito, não é possível não ver uma ligação e uma lógica entre a conferência de Monterrey sobre a ajuda ao desenvolvimento, a conferência de Cancún sobre o comércio e os encontros América Latina e Caraíbas – União Europeia que decorrem tanto a nível da sociedade civil, como a nível de chefes de Estado e de governo, nesta Primavera de 2004.

Penso que a parceria entre a América Latina e Caraíbas e a União Europeia tem a obrigação de se tornar um modelo para o desenvolvimento e o comércio e estou persuadido de que os dois dias de trabalhos que nos esperam nos darão a possibilidade de avançar nesta via.

Gostaria, desde já, de agradecer à Comissão Europeia, nomeadamente ao Senhor Comissário Patten, pelo apoio que nos deram para a organização deste Terceiro Encontro da Sociedade Civil Organizada América Latina e Caraíbas – União Europeia. Gostaria, também, de agradecer, em nome de todos os participantes, ao governo do México, nomeadamente ao Senhor Secretário de Estado das Relações Externas, pela colaboração activa que deram à organização deste encontro.

Permitam-me que diga algumas palavras sobre a instituição a que tenho a honra de presidir – o Comité Económico e Social Europeu. A existência, nas instituições europeias, de um órgão como o CESE é a prova indelével da vontade dos fundadores da Europa de garantir a democratização e a transparência dos mecanismos da construção europeia. Com efeito, a nossa Assembleia, que é a emanação das forças económicas e sociais da sociedade civil da Europa dos Quinze e, amanhã, da Europa dos Vinte e Cinco, é composta por homens e mulheres que, nas suas organizações patronais, profissionais, corporativas, sindicais, nas associações de agricultores, de consumidores, nas associações de mulheres, nas associações de defesa do ambiente, actuam no terreno, por toda a Europa.

O Comité é obrigatoriamente consultado antes de qualquer decisão legislativa ou de qualquer nova iniciativa na maior parte das áreas da competência das Comunidades Europeias, sobretudo sobre as questões económicas e sociais. Os nossos pareceres estão na mesa do Conselho da União Europeia ao lado das propostas da Comissão Europeia e dos pareceres do Parlamento Europeu, sendo muitas vezes levados em consideração mercê do conhecimento pericial dos meus colegas relatores, que são homens e mulheres conhecedores dos seus domínios de actividade.

A nossa experiência não está circunscrita às actividades que se desenrolam no território da União Europeia. Compreende igualmente um vasto campo internacional através da redacção de pareceres e da instauração de um diálogo estruturado com os nossos homólogos dos países terceiros. No quadro latino-americano, o Comité Económico e Social Europeu estabeleceu, já há alguns anos, relações com o Fórum Consultivo do Mercosul, bem como contactos frequentes com todos vós. Como sabem, é esta a terceira vez que organizamos este encontro da sociedade civil organizada da América Latina e Caraíbas e da União Europeia.

Durante os minutos que me cabem, gostaria de deixar algumas pistas de reflexão para os dois dias que se seguem.

O primeiro ponto que gostaria de sublinhar é a importância da parceria América Latina e Caraíbas – União Europeia.

É evidente que existem, entre nós, relações económicas e comerciais importantes que convém desenvolver ainda mais. Mas partilhamos também e sobretudo uma mesma cultura e uma mesma abordagem do desenvolvimento humano. Estou mesmo persuadido de que, juntos, América Latina, Caraíbas e União Europeia, podem fazer progredir a busca de uma governação, necessária, da mundialização.

Parece-me, todavia, que a União Europeia não deu – e continua, aliás, a não dar – a devida importância ao continente sul-americano e às Caraíbas. Mas a situação está a melhorar e a próxima cimeira dos chefes de Estado e de governo em Guadalajara, bem como os nossos encontros a nível da sociedade civil, são disso perfeito exemplo.

Apelo vivamente a um novo impulso, a uma nova dinâmica que dê origem, com base em acordos de associação celebrados com as organizações regionais que são o Mercosul, a América Central e a Comunidade Andina, ao estabelecimento de uma verdadeira parceria e de um acordo inter-regional global. Apelo, igualmente, a um aumento da ajuda financeira que a União Europeia concede aos países da América Latina. Não gostaria de esquecer os nossos amigos das Caraíbas, que beneficiam das disposições do Acordo de Cotonu, pelo qual o CESE muito lutou; brevemente assistirão ao lançamento das negociações sobre os Acordos de parceria económica.

O segundo elemento da minha intervenção respeita à importância que a União Europeia e o CESE atribuem à coesão social, ao desenvolvimento social.

A União, ela própria, baseia-se no respeito dos direitos fundamentais. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, proclamada em Nice em Dezembro de 2000, reitera o

objectivo da UE de promover e integrar plenamente os direitos fundamentais – incluindo as normas fundamentais do trabalho – no conjunto das suas políticas e acções. Obviamente, este objectivo consta do projecto de constituição. Além disso, no quadro da estratégia de Lisboa, os chefes de Estado e de governo da União Europeia atribuíram prioridade à luta contra a pobreza e a exclusão social. O Comité Económico e Social Europeu e os membros que o compõem são agentes importantes desta estratégia.

O nosso modelo de desenvolvimento, assente na consideração das dimensões social e ambiental e na participação e consulta dos representantes da sociedade civil organizada, interessa e seduz os nossos amigos do Sul. Este modelo concorre – e, por vezes, entra mesmo em conflito – com o modelo americano ultraliberal, o modelo do *laissez faire*. Vós, caros amigos da América Latina e das Caraíbas, estais particularmente bem colocados para compreender o que pretendo dizer.

No CESE, elaborámos recentemente um parecer sobre as possíveis repercussões do Acordo de Comércio Livre das Américas, cujo relator é o meu amigo Mário Soares; as nossas conclusões são, no essencial, próximas das da maioria de vós. Uma das características deste projecto é o seu aspecto exclusivamente comercial, que certamente virá agravar as assimetrias existentes na região. Em contrapartida, os acordos que os vossos países estão a negociar – e deveriam negociar – com a União Europeia comportam, para além de uma dimensão económica e comercial, uma dimensão social e uma dimensão ambiental, bem como a vontade de associar os participantes da sociedade civil.

O terceiro elemento diz respeito às minhas preocupações relativamente às dificuldades com as quais são confrontadas, no plano social, as populações da América Latina e das Caraíbas e às repercussões que esta situação poderá ter na democracia dos vossos países.

Nos vossos países, o desenvolvimento económico dos últimos anos não se traduziu verdadeiramente numa melhoria da situação social e numa diminuição das desigualdades. Esta situação é particularmente preocupante. Por exemplo, os níveis de pobreza e de extrema pobreza continuam, na região, a ser elevados (respectivamente 43% e 19%). Além disso, as vossas populações estão também particularmente preocupadas com a insegurança, com as discriminações e com a ausência de coesão social e ameaçadas por elas.

A persistência da pobreza e a incapacidade para transformar o crescimento económico num crescimento generalizado dos rendimentos são reveladoras daquilo que alguns denominaram "a dívida social do continente latino-americano". Receio que todos estes elementos possam – se não se lidar com eles com a maior das energias – constituir o fermento de movimentos que podem colocar em causa os progressos democráticos efectuados durante os últimos anos.

O ponto seguinte que gostaria de sublinhar é a prioridade que a União Europeia deve atribuir à questão da coesão social, no seu conjunto.

Neste contexto, congratulo-me com a iniciativa tomada pelo Senhor Comissário Patten de tornar o tema da coesão social um dos temas principais da cimeira de chefes de Estado e de governo que decorrerá em Maio próximo, em Guadalajara.

Gostaria, também, de agradecer ao Senhor Comissário por ter pedido ao Comité Económico e Social Europeu que elaborasse um parecer sobre esta matéria. Esse parecer ser-vos-á

apresentado, na sessão seguinte, pelo meu amigo José Maria Zufiaur. O parecer é um documento de grande importância, onde sobressaem as múltiplas dimensões da problemática da coesão social: política, económica, territorial, ambiental e, claro, social.

Na realidade, de que se trata? Trata-se de promover um desenvolvimento sustentável assente em três pilares – o económico, o social e o ambiental – num quadro de solidariedades múltiplas – entre gerações, entre territórios, entre origens – para a promoção de uma verdadeira democracia participativa.

Assim, apoio o apelo da União Europeia a que, na cimeira dos chefes de Estado e de governo, em Guadalajara, se estabeleça um novo consenso em favor da coesão social. Acrescentarei que a sociedade civil deve ser parte integrante deste novo consenso, para favorecer uma verdadeira apropriação das políticas de desenvolvimento pelas populações.

O meu último ponto, que julgo representar o cimento necessário a todas as nossas acções e justificar a nossa presença aqui, hoje, é o indispensável reforço da participação da sociedade civil organizada nos debates nacionais e nos mecanismos de decisão.

A participação da sociedade civil na decisão é a expressão de um processo de democratização e permite progredir na via do crescimento sustentável e da inclusão social. É, também, um meio de assegurar a governação, visto que a participação da sociedade civil reforça a transparência dos mecanismos de poder.

Assim, o CESE impõe-se a si próprio a missão de favorecer, em cada região e em cada país da América Latina e das Caraíbas, a consolidação da sociedade civil e a criação ou o reforço de estruturas de diálogo e de concertação entre os representantes da sociedade civil e entre estes e as respectivas autoridades políticas. Congratulei-me, aliás, como todos vós, com a criação do Conselho de Desenvolvimento Económico e Social do Brasil, de que hoje acolhemos com gosto diversos representantes. Este exemplo será, espero-o, rapidamente seguido por outros países do continente latino-americano, nomeadamente pelo México, que já lançou as bases de um projecto desse tipo.

Caros amigos mexicanos, gostaria, de resto, de sublinhar que o CESE está pronto a ajudar-vos totalmente nessa tarefa. Os primeiros contactos que foram estabelecidos são já promissores e estou persuadido de que as nossa futuras reuniões, nomeadamente a nível bilateral, permitirão fazer avançar o vosso projecto.

Solicito, também, que cada acordo negociado com a União Europeia preveja mecanismos de diálogo a nível da sociedade civil, à imagem do que existe no texto do Acordo de Associação celebrado ente a União Europeia e o Chile. Com efeito, a criação de um Comité Consultivo Paritário, constituído por membros do Comité Económico e Social Europeu e por representantes da sociedade civil organizada dos países envolvidos, permite reforçar a democracia participativa e melhor associar os cidadãos. A nível regional, o CESE antecipou a realização deste objectivo ao empenhar-se num diálogo estruturado com o Fórum Consultivo do Mercosul e está disposto a fazer o mesmo com as demais entidades regionais que são o Sistema de Integração da América Central e os fóruns consultivos dos trabalhadores e dos empregadores da Comunidade Andina.

Em conclusão, gostaria mais uma vez de sublinhar a importância da nossa reunião. Com efeito, devemos formular recomendações dirigidas à cimeira dos chefes de Estado e de governo, mas devemos, também e sobretudo, reforçar as nossas relações, o nosso diálogo e encontrar, juntos, os meios de dar uma verdadeira dimensão participativa e um verdadeiro papel à sociedade civil nas relações entre a União Europeia e a América Latina e as Caraíbas.

Muito obrigado pela vossa atenção.

